

OS INDICADORES DE QUALIDADE DO ENSINO QUE AVALIAM O PROCESSO DE ENSINO- APRENDIZAGEM DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL EM IMPERATRIZ-MA

Adriana dos Santos Oliveira¹

Resumo: Em vista da necessidade de busca por melhorias da educação básica no Brasil, e como o aumento do fluxo populacional incide na necessidade de uma oferta de ensino que atenda a nova demanda, o presente trabalho busca saber de que forma os Indicadores de qualidade que avaliam o ensino-aprendizagem das escolas públicas municipais dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental em Imperatriz-MA, tem contribuído com melhorias da qualidade desse ensino. Com isso, o objetivo proposto consiste em investigar de que forma esses indicadores são utilizados na busca por melhorias da qualidade desse ensino. Para tal, fundamenta-se nos estudos acerca do processo de formação da educação Brasileira, Hilsdorf (2005) Libâneo (2012), como da própria LDB/96, dos programas desenvolvidos pelo MEC no processo de avaliação e das políticas educacionais, por meio de portarias e decretos e da pesquisa de campo realizado na Secretaria Municipal de Educação. Desse modo, considera-se que os resultados obtidos por esses indicadores, sendo o Ideb atualmente o mais relevante de todos eles, tem sido utilizado pela SEMED no planejamento e tomada de decisões buscando de forma primordial a qualidade aprendizagem, que por fim serão expressadas em índices positivos.

Palavras-chave: Avaliações externas. Indicadores educacionais . Qualidade do ensino. Políticas públicas.

Abstract: In view of the need for a search for improvements in basic education in Brazil, and as the increase in population flows focuses on the need for a supply of education that meets the new demand, the present work seeks to know how the Quality Indicators that evaluate the teaching-learning of the municipal public schools of the Early Years of Elementary Education in Imperatriz-MA, has contributed to improvements in the quality of this teaching. With this, the objective is to investigate how these indicators are used in the search for improvements in the quality of this teaching. To this end, it is based on studies about the process of formation of Brazilian education, Hilsdorf (2005) Libâneo (2012), and LDB / 96 itself, on the programs developed by the MEC in the assessment process and educational policies, through ordinances and decrees and the field research carried out at the Municipal Department of Education. Therefore, it is considered that the results obtained by these indicators, being Ideb currently the most relevant of all, has been used by SEMED in the planning and decision making seeking in a primordial way the learning quality, which will finally be expressed in positive indexes.

Keywords: External evaluations. Quality of teaching. Educational indicators. Public policy.

1. INTRODUÇÃO

A educação brasileira tem passado por muitas modificações ao longo de toda a história, e muitas dessas mudanças, são conquistas alcançadas por aqueles que buscam de modo geral a melhoria da qualidade do ensino ofertado no Brasil, e para tanto, é necessário que os problemas e falhas existentes venham a ser identificados e estudados, para então, se buscar a melhor forma de intervir com novas políticas.

¹ Acadêmica do curso de Pedagogia da Facimp/Wyden. E-mail: adrianashalon21@hotmail.com

Partindo, dessa preocupação existente há muito, no cerne ao ofertado ensino público no Brasil, o presente trabalho busca saber de que forma os Indicadores de qualidade que avaliam o ensino-aprendizagem das escolas públicas municipais dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental em Imperatriz-MA, tem contribuído com melhorias da qualidade desse ensino.

Para tanto, se fez necessário investigar de que forma os indicadores de qualidade dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, especificamente do ensino público ofertado em Imperatriz-MA, estão sendo utilizados como ferramentas para busca por uma qualidade de ensino mais eficiente, em que inicialmente buscou-se conhecer os indicadores de qualidade educacional no Brasil, em seguida, por identificar quais são os que especificamente avaliam a qualidade dos anos iniciais do ensino fundamental, e por fim, verificar os índices do Ideb de Imperatriz-MA na Secretaria Municipal de Educação (SEMED), e de que forma esses resultados tem refletido na oferta de ensino.

A cidade de Imperatriz-MA, atualmente é considerada um grande polo comercial, que abastece não só o comércio, mas também atende de diversas formas as necessidades das cidades e regiões circunvizinhas, e por isso, é alvo de imigração e com isso, também de aumento do fluxo populacional, e este, conseqüentemente incide na necessidade de uma oferta de ensino que atenda a nova demanda.

Partindo dessa perspectiva, da educação como um direito garantido a todos pela nossa Constituição de 1988, é necessário que a qualidade da educação ofertada, acompanhe de forma adequada o atendimento dessa demanda, e para tanto, é necessário que os indicadores de qualidade aferidos pelo processo de avaliação da educação básica, estejam contribuindo significativamente para a estruturação de políticas públicas educacionais que busquem, sem medir esforços, um melhorias na qualidade do ensino que atendam a realidade social vigente, não só de cada cidade, mas do Brasil todo.

Desse modo, o presente trabalho irá iniciar com os estudos acerca do contexto histórico da educação brasileira, e em seguida será abordado sobre a qualidade do ensino público no Brasil, também serão apresentados alguns dos principais instrumentos que auxiliam esse processo de mensuração da qualidade do ensino, como o INEP, o Censo escolar, Saeb, Ideb, como também da situação desses indicadores quanto a qualidade do ensino público nos Anos Iniciais em Imperatriz-MA, o pesquisa que foi realizada junto a SEMED de Imperatriz, as análises que foram obtidas por meio da pesquisa, e por fim as considerações finais.

2. CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Segundo Libâneo (2012), a educação vive um processo de constante transformação, pois modifica-se em conformidade às mudanças que ocorrem na sociedade, seja por meio das relações sociais entre os homens, das instituições sociais, como também das muitas outras que se estabelecem em sua forma política e organizacional.

Para melhor compreendermos essa afirmação, partimos para um breve resumo da história da educação no Brasil, a qual segundo Hilsdorf (2005), se iniciou ainda no processo de colonização por meio do envio dos jesuítas, cuja missão da catequização em ensinar os princípios da fé cristã aos indígenas, carregava em sua essência os interesses “políticos-religiosos” advindos das relações de poder existentes entre a Coroa Portuguesa e a Igreja Católica.

Entretanto, as relações de poder foram se modificando, e a educação como instrumento fundamental no exercício do mesmo (PARO, 2008), conseqüentemente se reestrutura à serviço dessas mudanças socioeconômicas que aos poucos foi se tornando cada vez mais complexa.

Hilsdorf (2005), ainda nos aponta que nesse contexto histórico da educação brasileira, um marco importante foi a “Reforma de Pombal”, a qual sob uma nova ordem de poder, expulsa os jesuítas e busca desarticular a forma de ensino até então vigente, trazendo nova organização para estrutura de ensino, e essas mudanças perpassam até certa fase do período Imperial.

Por meio desse breve início do histórico da educação no Brasil, pode-se perceber de fato o que foi afirmado por Libâneo, pois se parássemos para analisar minuciosamente os estudos que tratam das mudanças ocorridas na estrutura da educação ao longo de todo esse tempo, veríamos claramente os reflexos de cada contexto histórico da sociedade brasileira e suas respectivas formas socioeconômicas.

Em 1932, propostas de novas bases pedagógicas e reestruturação da política educacional foram defendidos pelo movimento conhecido como o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, o que na Carta Constitucional de 1934 pouco se foi aproveitado, a mesma também foi quem delegou ao Estado o poder de controlar e promover a educação pública, sendo o mesmo também regulador e fiscalizador das instituições particulares (LIBÂNEO,2012).

Infelizmente, a Carta Constitucional de 1937 imposta pelo Estado Novo, reforça os traços negativos na educação oriundos da manutenção de poder de seus governantes.

Em vez de consolidar o ensino público e gratuito como tarefa do Estado, a Carta de 1937 reforçou o dualismo educacional que provê os ricos com escolas particulares e

públicas de ensino propedêutico e confere aos pobres a condição de usufruir da escola pública mediante a opção de ensino profissionalizante (LIBÂNEO, 2012, p. 167).

Ainda analisando esse processo das relações econômicas ao longo da história brasileira e as conseqüentes transformações na organização educacional, não se poderia deixar de falar das mudanças advindas da nova reorganização social instituída com a chegada do capitalismo e das indústrias.

A mão de obra agora precisava de mais qualificação, e agora trava-se de estruturar uma “educação para o desenvolvimento”, em que seu papel principal era servir de instrumento profissionalizante para esse novo mercado e realidade social.

Muitos foram os debates políticos acerca de projetos educacionais que eram pleiteados por diferentes concepções acerca da educação, a exemplo, nos movimentos denominados “Entusiasmo pela Educação e Otimismo pedagógico” vemos a seguinte divergência, em que o primeiro defendia o caráter quantitativo e a expansão da rede, enquanto o segundo primava a qualidade visando melhorias nas condições didáticas e pedagógicas.

Como resultado desses muitos debates, como também do anseio por parte da população em busca de mais acesso à educação, a Lei de nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 favoreceu a ampliação da escolaridade mínima para oito anos e profissionalizou e tornou obrigatório o ensino do 2º grau.

Todavia, o Governo para poder ampliar a oferta de ensino, acabou por não investir adequadamente nessas novas mudanças, preferindo abrir mão da qualidade até então oferecida no ensino público, ainda em caráter dualista e privilégio apenas das elites, para poder atender a alta demanda, e dessa forma, a nova oferta de ensino público para a classe trabalhadora passou a apresentar-se debilitada e sem muitos recursos.

Para tanto, foi reduzida a jornada escolar, houve o aumento do número de turnos, os professores não possuíam nem condições de trabalho adequadas e nem salário decente, e com toda essa precariedade na oferta do processo de ensino- aprendizagem, o que se teve de resultado, segundo Libâneo (2012), foram altos índices de reprovação e um empobrecimento da população e atraso técnico- científico cultural.

Partindo então dessa concepção trazida por Libâneo, percebemos que a educação é um campo de “lutas e contradição”, o qual de um lado busca-se o desenvolvimento de um modelo de educação para fins do sistema capitalista e do outro, muitos educadores lutam pelos anseios

da maioria da sociedade, guiados pela ótica da educação como um direito universal básico, buscando alcançar propósitos tais como:

- a) Transformar a sociedade, de modo a eliminar as divisões sociais estabelecidas;
- b) Desbarbarizar a humanidade no que concerne a preconceitos, a formas de opressão, ao genocídio, à violência, à tortura, à degradação ambiental etc.;
- c) Conscientizar os indivíduos, tendo em vista a formação de sujeitos críticos, autônomos e emancipados;
- d) Desenvolver uma educação integral, que favoreça o pleno desenvolvimento das potencialidades humanas;
- e) Apropriar-se do saber social, que permita uma socialização ampla da cultura e apreensão dos conhecimentos e saberes historicamente produzidos;
- f) Formar para o exercício pleno da cidadania (LIBÂNEO,2012, p.250).

Como vimos até aqui, as diversas formas de poder em muito têm sido influentes no processo educacional, e isso implica nas adequações em toda a forma como o sistema educacional irá se organizar, com também na estruturação do currículo em concordância com esses interesses políticos.

Contudo, na perspectiva da educação para efeito de uma qualidade social, a escola deve possuir seus princípios norteadores articulados e pautados em uma gestão democrática, o currículo deve oferecer condições adequadas de ensino a todos.

A respeito da importância de uma gestão democrática na estrutura organizacional das instituições de ensino, podemos compreender que:

Os sistemas de ensino, as escolas, os gestores, os professores, os alunos e a comunidade escolar em geral são fundamentais nesse processo e, portanto, precisam ser envolvidos no estabelecimento de programas, projetos e ações que afetam a produção do trabalho escolar, uma vez que devem ser concebidas como agentes transformadores da realidade em que atuam (LIBÂNEO,2012).

Portanto, entende-se que os componentes que constituem a comunidade escolar devem também estar engajados na busca por melhorias na qualidade da educação brasileira, pois muitas políticas educacionais só se fizeram possíveis em meio a esses que buscaram a oferta da educação em uma dimensão mais humana, que vise a construção de um indivíduo livre e transformador de sua realidade.

2.1 Sobre a qualidade do ensino público no Brasil

Os prejuízos socioeconômicos e culturais advindos do errôneo processo de democratização do ensino escolar sem a devida preocupação com a também ampliação dos

recursos destinados a oferta de ensino público, implicaram em uma desestruturação na qualidade do ensino, infelizmente, vista até os dias de hoje.

Entretanto, como em toda a história da educação no Brasil, sempre houve e haverá aqueles que estarão lutando para melhorar a estrutura do sistema educacional, e como fruto dessas lutas, foram se estabelecendo diversas políticas educacionais, as quais estas buscam sempre estar trazendo grandes avanços quanto a qualidade na oferta do processo de ensino-aprendizagem.

Portanto, para que isso ocorra, é necessário analisar e diagnosticar os diversos problemas que prejudicam e interferem nosso sistema de ensino no cumprimento da sua função de oferecer a todos igualmente uma educação adequada, seja na estrutura das escolas, como também nas práticas e metodologias que visem o respeito ao contexto e realidade do educando.

Em vista dessa debilidade do sistema educacional, principalmente nas escolas públicas, foi vista a necessidade de se avaliar todo o processo de ensino, buscando diagnósticos, e a partir deles, mecanismos de melhorias.

Dessa forma, surge o processo de avaliação educacional, que passou a ocorrer desde meados de 1930 a 1970, o qual eram elaborados testes padronizados para a “medir” as habilidades e aptidões dos alunos, visando assim, a verificação da eficiência e da produtividade do sistema de ensino.

Em 1980, partindo da visão crítica já estabelecida, surge um modelo de avaliação que considera tanto os aspectos qualitativos quanto as questões de poder e de conflito envolvidas no currículo, analisando agora o que se está avaliando e qual a real finalidade dessa avaliação (LIBÂNEO,2012).

O Artigo 9º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96 dispõe, que cabe a União assegurar o processo de avaliação, objetivando a definição de prioridades e melhorias da qualidade do ensino (BRASIL, 1996). Em vista disso, deveria ser ele o primeiro a estar buscando incessantemente o progresso das práticas educacionais.

Entretanto, conforme apresenta Libâneo (2012, p. 263), a avaliação educacional quando controlada e regulada pelo Estado, acaba seguindo pelo viés que vê a educação como instrumento e forma de poder, utilizando-a como mecanismo de introdução da lógica de mercado, visando maior competição”, contrapondo-se ao que deveria ser, “uma avaliação diagnóstica, democrática e emancipatória voltada para o desenvolvimento escolar e para o aperfeiçoamento do trabalho pedagógico”.

Esta última, compreende a uma real avaliação e não apenas medição de forma generalizada e descontextualizada, pois quando se avalia, vai-se a fundo em aproximar-se mais da compreensão e estudo da diversidade e complexidade que compõe as especificidades do processo de ensino aprendizagem.

3. AVALIAÇÃO EDUCACIONAL BRASILEIRA

A Avaliação Educacional no Brasil é realizada por instrumentos que em suas avaliações fazem um diagnóstico, por meio de testes padronizados e questionários socioeconômicos, sendo estes organizados de forma articulada e por meio de mecanismos que auxiliam em todo esse processo, como veremos a seguir.

Segundo a Constituição Federal de 1988, no artigo 205, a educação passa a ser vista como um direito de todos, sendo este dever do Estado e da família. Enquanto dever do Estado, a LDB nº 9.394/96, ao dispor no título III, artigo 3º, inciso IX, nos afirma que um dos princípios e fins da Educação Nacional é o de “garantia de padrão de qualidade”.

Para que isso ocorra, o Estado precisa estar sempre buscando avaliar os diversos fatores que envolvem a realidade da oferta de ensino no país, sendo necessária toda uma Organização Educacional Nacional, em que nesta, segundo a LDB Nº9.394/96, art. 9º, incisos V e VI, a União incumbir-se-á de:

V – Coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação;

VI – Assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino (BRASIL.1996).

Para melhor analisarmos como é estruturada essa Organização Educacional Nacional, voltemos à 1930, em que, com a chegada do governo de Getúlio Vargas, foi criado o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, em que este não tratava somente das questões que envolviam a educação, mas também das atividades referentes à saúde, ao meio ambiente e ao esporte.

Todavia, em 1953 o Ministério da Educação e Saúde, passa a não ter mais autonomia à área de saúde, surgindo então o Ministério da Educação e Cultura (MEC), o que em 1985, foi criado o Ministério da Cultura, e em 1992 por uma lei federal o ele passar a ser o Ministério da Educação e do Desporto, e enfim em 1995, a organização passa a tratar apenas da área da educação, em que este, ao longo de tantas mudanças tem como objetivo principal a busca por promover um ensino de qualidade.

Atualmente, conforme o Decreto 9.005 de 14 de março de 2017, ao dispor no capítulo I da “natureza” desse Ministério no art. 1º como “órgão da administração federal”, e das “competências” nos incisos de I à VII, assim diz:

- I - Política nacional de educação;
- II - Educação infantil;
- III - Educação em geral, compreendendo ensino fundamental, ensino médio, ensino superior, educação de jovens e adultos, educação profissional, educação especial e educação a distância, exceto ensino militar;
- IV - Avaliação, informação e pesquisa educacional; V - pesquisa e extensão universitária;
- VI - Magistério;
- VII - Assistência financeira a famílias carentes para a escolarização de seus filhos ou dependentes (BRASIL, 2017).

Ao observarmos essas competências acima citadas, vemos no inciso V, que também compete ao MEC a “avaliação, informação e pesquisa educacional” de todas as formas de educação por ele competidas. Para que se possa cumprir essa árdua missão de avaliar a qualidade da educação nacional, ele necessita dentro de sua estruturação, de instrumentos que tratem especificamente dessas questões, como veremos a seguir.

3.1 Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

Segundo o Decreto 580 de 30 de julho de 1938, o então Instituto Nacional de Pedagogia criado em 1937, inicia seus trabalhos de fato, com a publicação desse decreto, regulamentando a organização e a estrutura da Instituição e modificando sua denominação para Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), e somente em 1972, quando ele se torna um órgão autônomo, ele passa ser denominado como é chamado atualmente, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.

Em conformidade com a Lei 9.448 de 14 de março de 1997, que o INEP é transformado em uma Autarquia Federal vinculada como parte integrante do então Ministério da Educação e do Desporto, ainda nesta lei, no 1º parágrafo são instituídas as novas finalidades, em que agora ele passa a ser responsável de forma mais direta às questões de avaliação e ações propostas referentes a educação nacional como um todo.

Ainda em conformidade com esta lei, para melhor compreender-se sobre o papel deste órgão dentro do processo de Avaliação da Educação Brasileira, destacamos algumas de suas finalidades a seguir, nos incisos I e II que assim dizem:

- I - organizar e manter o sistema de informações e estatísticas educacionais; II - planejar, orientar e coordenar o desenvolvimento de sistemas e projetos de avaliação

educacional, visando o estabelecimento de indicadores de desempenho das atividades de ensino no País (BRASIL, 1997).

Entre outras funções, o INEP tem sido o órgão responsável por toda a organização e manutenção do processo de aferição de informações estatísticas educacionais, fazendo levantamentos de indicadores do desempenho das ações educacionais no país.

Para melhor entendermos o que são esses indicadores, Fonseca (2010) nos diz que o conceito de indicador se refere “a uma variável operativa usada para mensurar indiretamente um conceito de que não se admite mensuração direta” e que o “índice é uma síntese de vários indicadores”.

A análise dos indicadores educacionais, é realizada por uma ótica bem abrangente do contexto escolar, e para tanto, o INEP em algumas de suas principais publicações, ao tratar do estudo da Geografia da Educação Brasileira, apresenta indicadores de forma comparativa entre as regiões e estados brasileiros, e no aspecto do “desempenho escolar”, utiliza-se dos resultados das avaliações coordenadas e aplicadas pelo INEP em proporção nacional.

O Dicionário dos Indicadores Educacionais, é outra dessas principais publicações do INEP no campo de sua atuação, foi publicado dois anos depois da Geografia da Educação Brasileira, em que estes, apresentando indicadores agrupados de conforme sejam considerados “Sociodemográficos, de Oferta, de Acesso e Participação, de Eficiência e Rendimento, de Financiamento da Educação e de Comparação Internacional” (FONSECA, 2010).

Como vimos acima, o INEP está intensamente ligado a todo o processo e de avaliação e da educação básica, e a partir desses dados e informações fazem levantamentos, e elaboram-se políticas públicas educacionais que visem melhorias para esse ensino.

Todos esses valores estatísticos quanto à qualidade do ensino são denominados de Indicadores educacionais, e estes resultados não buscam somente aferir o desempenho dos alunos em sala de aula, mas também o contexto econômico e social das escolas o qual fazem parte. Esses indicadores, são utilizados principalmente no monitoramento dos sistemas educacionais, avaliando o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos os alunos.

Desse modo, contribuem no cumprimento de mais uma de suas finalidades, que ainda segundo a Lei 9.448/97 (art. 1º, inciso V), trata de “subsidiar a formulação de políticas na área de educação mediante a elaboração de diagnósticos e recomendações decorrentes da avaliação da educação básica e superior” (BRASIL, 1997).

Portanto, o desenvolvimento dessas políticas educacionais, objetivam a busca por melhorias da qualidade da educação e dos serviços prestados pelas escolas dentro das sociedades a qual fazem parte, sendo estas em todos os níveis e modalidades, desde a educação infantil até o ensino superior.

Para que o INEP conseguir fazer o levantamento estatístico das informações e planejamentos acerca da qualidade da educação básica no tocante ao desempenho dos alunos, no ensino como um todo, ele necessita de instrumentos que lhe possibilitem essa aferição, como por exemplo o Censo Escolar, Sistema de Avaliação da educação básica (Saeb), o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja).

Dentre esses, partiremos para os que fazem uma avaliação específica do Ensino Fundamental dos anos iniciais.

3.2 Censo escolar da educação básica

O Censo escolar da educação básica tem sido um dos principais instrumentos na coleta das informações acerca da educação básica e profissional no Brasil, sendo este, o principal levantamento estatístico educacional do país, que avalia a educação infantil, ensino fundamental e médio, educação especial (modalidade substitutiva), educação de jovens e adultos e educação profissional.

Segundo a Lei nº 9.424/96, artigo 6º, parágrafo 2º:

As estatísticas necessárias ao cálculo do valor anual mínimo por aluno, inclusive as estimativas de matrículas, terão como base o censo educacional realizado pelo Ministério da Educação e do Desporto, anualmente, e publicado no Diário oficial da União (BRASIL,1996).

Conforme o Decreto nº 6.425 de 4 de abril de 2008, que dispõe sobre o censo anual da educação, nos 1º e 2º artigos, é instituído que ele será realizado “anualmente, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, em caráter declaratório e mediante coleta de dados descentralizada, englobando todos os estabelecimentos públicos e privados de educação básica e adotando alunos, turmas, escolas e profissionais da educação como unidades de informação” (BRASIL, 2018).

Conforme a Portaria nº 503, de 11 de junho de 2018, é estabelecido os procedimentos para realização anual da verificação *in loco* (no próprio local) do censo escolar da educação

básica, nos diz no artigo 2º, consiste na realização de visitas técnicas às Secretarias de Educação e instituições de ensino e tem como objetivos, verificando e avaliando as informações apresentadas ao Censo, como também oferecendo capacitação sobre o Censo e o sistema eletrônico de coleta de dados (BRASIL,2018).

O processo de coleta das etapas ocorre em duas etapas, a primeira “matrícula inicial”, que consiste no preenchimento das informações sobre os estabelecimentos de ensino, turmas, alunos e profissionais escolares em sala de aula”, a segunda é o preenchimento que verificam a “situação do aluno”, considerando os dados sobre o movimento e rendimento escolar dos alunos, ao final do ano letivo.

As informações e dados coletados são encaminhados ao sistema informatizado “Educacenso”, em que este utiliza ferramentas web tanto na coleta, quanto a organização e transmissão das informações, fazendo o cruzamento dos quatro cadastros “escola, turma, aluno e profissional escolar. Esse sistema permite a disponibilização de relatórios com informações consistente acerca da escola, tornando viável a verificação e análise dos dados apresentados, e estes, os preliminares e finais do Censo Escolar são divulgados no Diários Oficial da União (DOU).

Outro instrumento essencial no processo de avaliação da educação básica brasileira, e também preciso instrumento para o levantamento estatístico desenvolvido pelo INEP quanto aos indicadores de desempenho, é o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

3.3 Sistema de Avaliação da Educação Básica

Segundo o sítio do Portal do INEP, em 1990, foi instituído o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), composto por um conjunto de avaliações externas de forma ampliada cujo objetivo principal trata da realização de um diagnóstico da educação básica de nosso país, como também dos fatores mais predominantes que atrapalham o desenvolvimento dos estudantes, possibilitando uma compreensão sobre uma provável realidade da qualidade do ensino oferecido.

Desde seu surgimento, o (Saeb) passou por muitas mudanças reestruturando inclusive seus parâmetros de avaliação, com por exemplo, em 1990 a avaliação era realizada com alunos de 1ª, 3ª, 5ª e 7ª séries do ensino fundamental, apenas em escolas públicas e de forma amostral, o qual a formulação dos itens baseava-se nas estruturas dos currículos de sistemas estaduais,

avaliando apenas às disciplinas de “Língua portuguesa, Matemática, Ciências Naturais e Redação.

Todavia, em 1997 avaliavam-se os alunos de 4ª e 8ª séries do ensino fundamental e 3ª série do ensino médio, abrangendo escolas públicas e particulares, ainda de forma amostral, mas agora tendo como base para formulação dos itens os “conteúdos curriculares” somados a “operações mentais”.

Continuando seu processo de reestruturação, o Saeb, por meio da Portaria Ministerial nº 931, de 21 de março de 2005, passou a ser constituído por duas avaliações, a primeira é a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb), o qual manteve as características, os objetivos e os procedimentos da avaliação até então apresentados, e em caráter de ampliação das análises, vem a segunda que é a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), conhecida como Prova Brasil, cujo objetivo é avaliar a qualidade do ensino ministrado nas escolas da rede pública.

E em sua atualização mais recente, o Saeb ganha mais um instrumento para avaliar a educação básica, sendo esta a Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), como assim podemos perceber segundo a Portaria nº 304, de 21 de junho de 2013, artigo 1º:

Fica estabelecida, na forma desta Portaria, a sistemática para a realização das avaliações do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, composto pela Avaliação Nacional do Rendimento Escolar - ANRESC, Avaliação Nacional da Educação Básica - ANEB e Avaliação Nacional de Alfabetização - ANA, no ano de 2013 (BRASIL, 2013).

Portanto, para que possamos melhor compreender as características dessas avaliações, seguiremos melhor detalhando-as para conhecer suas especificidades no campo de avaliação da educação básica nacional.

3.3.1 Prova Brasil / Avaliação Nacional do Rendimento Escolar

Conforme citado acima, a Prova Brasil é na verdade denominada como Avaliação Nacional do Rendimento Escola (Anresc), instituída pela Portaria nº931/2005. Ela é uma avaliação censitária bianual, feita por alunos de 5º ano (4ª série) e 9º ano (8ª série) do Ensino Fundamental das escolas públicas possuindo, no mínimo, 20 alunos matriculados nas séries/anos avaliados.

Como objetivo principal, esse exame busca aferir a qualidade do ensino ofertado das escolas públicas, em que as informações sobre os níveis de aprendizagem em Matemática e em

Língua Portuguesa (Leitura), fornece resultados para as unidades escolares participantes, de forma individual, como também para as redes de ensino em geral. Oferece também informações e levantamentos de indicadores “intraescolares” sobre o processo de ensino nas escolas.

3.3.2 Avaliação Nacional da Educação Básica

Conforme exposto acima, a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) é uma das avaliações que constituem o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), em que esta utiliza-se dos mesmos dos mesmos mecanismos e instrumentos da Prova Brasil (Anresc). A diferença entre elas é que a Aneb abrange de forma amostral as “escolas e alunos das redes públicas e privadas do país que não atendem aos critérios de participação da Prova Brasil, como também, devem pertencer as etapas finais dos três últimos ciclos da Educação Básica (em áreas urbanas e rurais) 5º ano e 9º ano do ensino fundamental e 3º série do ensino médio regular (BRASIL,2005).

3.3.3 Avaliação Nacional de Alfabetização

A divulgação da Portaria nº 482, de 7 de junho de 2013, viabilizou a introdução da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), articulada no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), ao Saeb, possuindo como principal objetivo uma melhor verificação dos níveis de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa (leitura e escrita) e Matemática dos estudantes que do 3º ano do Ensino Fundamental das escolas públicas.

As provas aplicadas, possuem a função de fornecer três resultados acerca do desempenho dos alunos, sendo estes o desempenho na leitura, escrita e na matemática, e além desses dados, trata também de fornecer informações acerca do “Indicador de Nível Socioeconômico e o Indicador de Formação Docente da escola” (BRASIL, 2013).

Sobre os objetivos principais da ANA, o INEP, assim dispõe:

1. Avaliar o nível de alfabetização dos educandos no 3º ano do ensino fundamental;
2. Produzir indicadores sobre as condições de ensino;
3. Concorrer para a melhoria da qualidade de ensino e redução das desigualdades, em consonância com as metas e políticas estabelecidas pelas diretrizes da educação nacional (BRASIL, 2013).

Os resultados finais da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), são disponibilizados para serem analisados pelas equipes pedagógicas e pela gestão das escolas para elaboração propostas que visem a melhoria desses resultados.

Portanto, assim como as outras avaliações acima mencionadas, ANA tem como função primordial, produzir indicadores que contribuem para o processo de alfabetização nas escolas públicas brasileiras, assumindo uma avaliação que vai além da aplicação do teste de desempenho ao estudante, propondo também, uma análise das condições de escolaridade que aos alunos obtiveram, ou não, no desenvolvimento dos saberes a serem avaliados.

Além dessas três avaliações que constituem o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Aneb, Prova Brasil/Anresc e ANA), há também a Provinha Brasil que auxilia nesse processo de avaliação da educação básica. 3.7 Provinha Brasil

3.4 Provinha Brasil

Em conformidade com a Portaria Normativa nº- 10, de 24 de abril de 2007, a Provinha Brasil, também é um dos instrumentos que avaliam a educação do ensino fundamental, de forma mais específica, são os alunos de 2º ano das escolas que ofertam o ensino público. Ela é composta pelos testes de Língua Portuguesa e de Matemática.

Ainda segundo a Portaria Normativa nº- 10, de 24 de abril de 2007, artigo 2º, assim dispõe sobre os objetivos da Provinha Brasil:

Art. 2º A Avaliação de Alfabetização "Provinha Brasil" tem por objetivo:

- a) avaliar o nível de alfabetização dos educandos nos anos iniciais do ensino fundamental;
- b) oferecer às redes de ensino um resultado da qualidade do ensino, prevenindo o diagnóstico tardio das dificuldades de aprendizagem; e
- c) concorrer para a melhoria da qualidade de ensino e redução das desigualdades, em consonância com as metas e políticas estabelecidas pelas diretrizes da educação nacional (BRASIL, 2007).

Os resultados dessa avaliação não são utilizados diretamente no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), mas tem como objetivo principal nortear professores e gestores na análise de aproveitamento e desenvolvimento nos processos de “alfabetização, letramento inicial e habilidade iniciais em matemáticas”.

A prova é aplicada duas vezes ao ano, sendo que a mesma é direcionada aos alunos que passaram por, pelo menos, um ano escolar envolvidos no processo de alfabetização. Como o exame não possui fins classificatórios, sua adesão ocorre de forma facultativa ficando a critério de cada secretaria de educação das unidades federadas.

3.5 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

O Instituto de Pesquisas Educacionais foi criando o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), esse é o instrumento que terá a missão de reunir conceitos que são relevantes quanto a qualidade da educação, sendo eles “fluxo escolar e as “médias de desempenho nas avaliações” de educação básica.

Os resultados sobre aprovação escolar, das médias obtidas nas avaliações acima citadas, como também do Censo Escolar, é que servirão de base para a realização de seus cálculos e apontamentos, que servem de base para metas sejam traçadas quanto a melhoria da qualidade educacional dos sistemas, auxiliando também no desenvolvimento das metas de qualidade do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) para a educação básica.

Segundo as informações contidas no sítio do INEP, o índice varia de “0 a 10”, sendo ele obtido por meio da combinação do “fluxo e aprendizagem”, buscando equilibrar as duas dimensões, em que caso um dos fatores seja alterado, o outro automaticamente sofrerá efeitos, ex.: se reterem os alunos para tentar melhor os resultados nas avaliações externas, o fator fluxo sofrerá alteração simultaneamente, ou se tentarem apressar o processo da aprovação, os resultados das avaliações também sofreram efeitos.

Para a educação básica, a meta a nível de Brasil é de “6,0” até 2022, sendo esta, uma média que corresponde a um sistema educacional de qualidade conforme os parâmetros dos países desenvolvidos (BRASIL, 2015).

O Ideb possibilita resultados sintéticos ao INEP, facilmente compreensíveis, que permitem a elaboração de metas que visem melhorias quanto a qualidade educacional dos sistemas.

4. INDICADORES DE QUALIDADE DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL PÚBLICO EM IMPERATRIZ-MA

Inicialmente, de acordo com os resultados e metas do Ideb divulgados no sítio do INEP, com base nos dados obtidos pelo Censo Escolar o Saeb, analisemos os indicadores de qualidade que avaliam o ensino especificamente dos anos iniciais do ensino fundamental, a nível de Brasil, partindo dos resultados de 2005, 2007, 2009, 2011, 2013, 2015 e Projeções para o BRASIL, o quais resultados marcados em “verde” referem-se as metas que foram alcançadas.

Vejamos conforme a tabela a seguir:

Tabela 01 - Resultados e Metas do IDEB dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental – BRASIL

	IDEB observado					Metas						
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2007	2009	2011	2013	2015	2021
Total	3.8	4.2	4.6	5.0	5.2	5.5	3.9	4.2	4.6	4.9	5.2	6.0
Dependência Administrativa												
Estadual	3.9	4.3	4.9	5.1	5.4	5.8	4.0	4.3	4.7	5.0	5.3	6.1
Municipal	3.4	4.0	4.4	4.7	4.7	5.3	3.5	3.8	4.2	4.5	4.8	5.7
Privada	5.9	6.0	6.4	6.5	6.5	6.8	6.0	6.3	6.6	6.8	7.0	7.5
Pública	3.6	4.0	4.4	4.7	4.7	5.3	3.6	4.0	4.4	4.7	5.0	5.8

Fonte: INEP, 2016.

Com base na tabela acima, podemos perceber que as metas nacionais que foram estipuladas para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, sendo estas a partir do ano de 2007 até 2015, foram todas alcançadas, como também ultrapassadas. Podemos também observar que os índices, especificamente das escolas públicas foram também alcançados, e que conforme vimos acima, a meta para 2021, está caminhado positivamente para ser alcançada.

Tabela 02 - Resultados e Metas do IDEB dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental – Estado do Maranhão (Alunos do 5º ano)

	IDEB observado					Metas Projetadas								
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
	2.7	3.5	3.7	3.9	3.8	4.4	2.8	3.1	3.5	3.8	4.1	4.4	4.7	5.0

Fonte: INEP, 2016.

Segundo os dados do INEP acima apresentados, o estado do Maranhão também tem mostrado por meio desses resultados, cujas metas foram todas alcançadas, que tem progredido e buscado desenvolver subsídios para a melhoria da qualidade do ensino nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Partimos agora a analisar o foco dessa pesquisa, que trata de investigar de que forma os indicadores de qualidade de ensino que avaliam o processo de ensino- aprendizagem das escolas públicas municipais dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental em Imperatriz-MA, tem contribuído com melhorias na qualidade dessa oferta de ensino.

Vejam os resultados da tabela a seguir:

Tabela 03 - Resultados e Metas do IDEB dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental – de Imperatriz-MA (alunos do 5º ano)

IDEB observado						Metas Projetadas							
2005	2007	2009	2011	2013	2015	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
3.7	3.9	4.2	4.3	4.5	5.0	3.7	4.1	4.5	4.8	5.0	5.3	5.6	5.9

Fonte: INEP, 2016.

De acordo com os resultados do Ideb acima divulgados pelo INEP, sendo estes obtidos com base nos dados obtidos pelo Censo Escolar o Saeb, as metas que estabelecidas para a cidade de Imperatriz – MA, de 2007 e 2009 foram alcançadas, de 2011 e 2013 não foram, porém novamente volta a alcançar na de 2015.

Partindo dessa observação, passemos a analisar de que forma esses resultados que trata de indicar a qualidade do desempenho dos alunos no processo de ensino-aprendizagem dos anos iniciais foram vistos, analisados e utilizados na busca por medidas que atendam a oferta de educação de qualidade na oferta de ensino específica na cidade de Imperatriz-MA.

5. METODOLOGIA

O presente artigo, utilizou-se da pesquisa de abordagem qualitativa do problema estudado, em que a pesquisa qualitativa, segundo Prodanov e Freitas (2013), “considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e o subjetivo do sujeito que não se pode ser traduzido em números”.

O instrumento de coleta de dados utilizado, foi uma entrevista gravada e por pauta com a Coordenadora dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, da Secretaria Municipal de Educação de Imperatriz-MA.

A entrevista foi realizada no dia 14 de junho de 2018, no próprio prédio Secretaria Municipal de Educação de Imperatriz-MA, com duração de duração de 1 hora, teve como base um questionário semiaberto, contendo 10 questões, o qual buscou-se verificar os como de que forma os indicadores de qualidade dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, especificamente do ensino público ofertado em Imperatriz-MA, estão sendo utilizados como ferramentas para busca por uma qualidade de ensino mais eficiente.

5. ANÁLISE DOS RESULTADOS

O questionário utilizado durante a entrevista para nortear o teor das informações consideradas relevantes para essa pesquisa, continham perguntas que seguir serão apresentadas, e em seguida as informações obtidas por meio delas.

As perguntas foram elaboradas de forma inicial a conhecer a realidade do processo de avaliação do ensino, por conseguinte, como eles tem sido utilizado, e os retornos e resultados obtidos.

Desse modo, primeiramente foi perguntado quais são os instrumentos que tem sido utilizado para se mensurar a qualidade do ensino público nos Anos Iniciais do ensino fundamental em Imperatriz-MA, e como resposta já esperada, a Secretaria Municipal de Educação, utiliza-se dos instrumentos Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), conforme já mencionado, é composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb), Prova Brasil e Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), como também pelo levantamento do Censo Escolar, sendo estes desenvolvidos pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), cujas informações são utilizadas para a composição do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

Após confirmadas essas informações, a segunda questão tratou de verificar se após o início da aplicação dessas avaliações externas dos Anos Iniciais do ensino público em Imperatriz-MA, pode-se afirmar que houve evolução na oferta da qualidade desse ensino ofertado, pois em 2007 o Ideb observado foi de 3.9 enquanto a meta era de 3.7, 2009 foi obtido 4.2 e a meta era 4.1, em 2011 de 4.3 e 2013 de 4.5, enquanto as metas eram 4.5 e 4.8 respectivamente, não foram alcançadas, porém em 2015 com 5.0 retorna novamente (BRASIL, 2016).

Com base nos resultados acima citados, foi perguntado, principalmente referente as metas não alcançadas de 2011 e 2013, e partindo da compreensão de que o Ideb não é constituído somente pelos resultados obtidos nas avaliações, mas também de outros aspectos que constituem de forma dinâmica esse indicador de qualidade (BRASIL,2007), quais as poderiam ser as principais dificuldades enfrentadas para a oferta desse ensino de forma mais eficiente em Imperatriz.

Desse modo, foram elencadas quatro dificuldades encontradas, sendo a primeira a “formação deficitária de muitos professores”, pois segunda a entrevistada, infelizmente há professores que possuem determinada formação, mas atuam em outra, na qual não possui

especialidade. Todavia, para auxiliar nessa questão, ela nos informou que o concurso de 2012 para trabalhar com os anos iniciais, foi aberto apenas para aqueles que possuíam formação no curso de pedagogia, o que favorece, por de acordo com a LDB o pedagogo é o profissional habilitado para trabalhar com os anos iniciais.

Outra dificuldade apontada, encontra-se na execução da formação continuada, sendo esta oferecida e garantida pela Lei nº 9.394/96, art. 67 (inciso IV), o que infelizmente para a SEMED, há um uma “falha” na prestação dessa formação, pois o ideal seria que ela acontecesse na escola, para assim, estar mais próxima da realidade, porém infelizmente ainda não está sendo possível realiza-las.

As duas últimas dificuldades, foram a “estrutura inadequada de algumas escolas” e a relação “aluno e família”, pois, se a escola não oferece condições adequadas para a oferta de ensino, e a família não faz o acompanhamento adequado, o aprendizado do aluno acaba sendo também comprometido. Esses fatores, infelizmente não devem fazer parte só da realidade do ensino de Imperatriz- MA, pois, essas dificuldades são apenas em parte, ainda são reflexos do aumento inadequado da oferta de ensino (LIBÂNEO, 2012). Todavia, a o contexto socioeconômico do aluno, também é avaliado na composição dos indicadores educacionais, pelo INEP.

Na sequência, perguntou-se, se houve alguma medida ou proposta com base nas metas não alcançadas, de forma a buscar melhorias desses resultados. A resposta foi que os alunos que em 2011 e 2013 ao passarem pela avaliação da Provinha Brasil, os resultados obtidos, auxiliaram a SEMED na verificação das debilidades encontradas, como por exemplo, de se trabalhar a formação do professor que talvez precisava conhecer melhor o planejamento de ensino.

Considerou-se também que o suporte oferecido pelo Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), no final de 2012, 2013 e com formação em 2014, com ótimos resultados, foi um programa muito bem elaborado pelo MEC, trabalhando formação com os professores de 1º, 2º e 3º ano, sendo esta semanal, com acompanhamento na sala de aula, e tanto os orientadores quanto os professores que participavam da formação, ganhavam auxílio financeiro para ajudar. Ainda acrescentou, que os programas “Circuito Campeão” e “Gestão nota 10” foram ações que em muito ajudaram o ensino dos anos iniciais, e que essas e mais outras foram ações que a secretaria implementou que lá em 2015 deram o resultado para o alcance da meta.

Além de utilizar-se dos programas oferecidos pelo governo, em 2015 a SEMED, desenvolveu o projeto “Sintonizados”, que trabalhou sobre duas perspectivas, sendo estas a realização de simulados com os alunos de 5º e 9º ano, como também um trabalho exercido por estagiários com esses alunos, como se fosse um aula de reforço no sábado, os simulados eram elaborados, aplicados, corrigidos e tabulados sob a organização da SEMED, buscando seguir os critérios das avaliações externas, fornecendo uma familiarização desses alunos.

Em 2016, a SEMED optou por fazer os simulados com os alunos de 4º e 8º, para mensurar como estava a aprendizagem do aluno antes do 5º para que medidas possam ser tomadas almejando melhores resultados na realização da Prova Brasil no ano seguinte. De posse dos resultados, a equipe técnica falava juntamente com cada gestor e coordenadores da cada escola, apresentava os resultados e buscava um planejamento adequado. No ano de 2017, foi feito novamente o simulado, formação com os professores do 5º ano, do 9º ano, para relembressem a matriz de referência, sendo esta o conjunto das habilidades e competências que os alunos precisam desenvolver. Para 2018, estão previstas ações de formação e um simulado no 2º semestre.

Além disso, a coordenadora nos afirma que a SEMED dá autonomia para as escolas elaborarem e aplicarem simulados internamente que visem resultados para análise ou não da necessidade de se repensar o planejamento, porém é importante a secretaria também realizar o seu simulado, para a que ela tenha um olhar mais amplo sobre a rede que está sob a sua responsabilidade.

Apesar de nas informações acima coletadas já referirem sobre o assunto, a quinta e sexta questão procurou saber se secretaria trabalhava com formação continuada para os professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental em Imperatriz – MA e se sim, com está sendo desenvolvido esse projeto, e então, foram os nomes dos reforçados os programas oferecidos pelo governo acima citados, e também acrescentou que esse ano já foi realizado formações com os professores de 3º e 4º ano, e de 6º ao 9º, entretanto, não foi conseguido o acompanhamento efetivo, sendo este extremamente necessário.

Na sétima questão, buscou-se verificar se no momento há projetos que ainda estão em discussão e em processo de análise que estejam sendo desenvolvidos buscando o progresso e melhorias, foi respondido que há apenas a formação já prevista no cronograma.

Finalizando os questionamentos, foi perguntado se há metas desenvolvidas para os Anos Iniciais do Ensino fundamental das escolas públicas específicas para a realidade dos índices levantados em Imperatriz- MA.

E em resposta, foi dito que as metas a serem seguidas é a são as mesmas instituídas pelo Plano Nacional de Educação (PNE), com também, que a meta, na verdade, é a aprendizagem do aluno, porque se o aluno aprende, conseqüentemente esse Ideb vai ser melhorado, e em vista da necessidade e relevância de uma formação continuada com acompanhamento efetivo, esta certamente está entre os objetivos a serem alcançados de forma a resultar na melhoria da qualidade do ensino em Imperatriz-MA.

Portanto, com base nas informações acima apresentadas, como dos resultados obtidos no Ideb, é perceptível que a SEMED, tem buscado desenvolver seus próprios mecanismos de avaliação, como também dos recursos e programas oferecidos pelo governo, o qual vemos o Estado buscando cumprir seu dever para com a população, na oferta de um ensino de qualidade (BRASIL,1988).

6. CONCLUSÃO

Partindo do levantamento realizado no presente trabalho, cujo objetivo foi o de investigar de que forma os indicadores de qualidade dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, especificamente do ensino público ofertado em Imperatriz-MA, estão sendo utilizados como ferramentas para busca por melhorias da qualidade do ensino.

Para tanto, foram conhecidos alguns dos indicadores educacionais no Brasil, e identificados os que especificamente avaliam a qualidade dos anos iniciais do ensino fundamental, sendo estes instrumentos o INEP, Censo Escolar, a Provinha Brasil, o Saeb e o Ideb, e por fim, verificados os índices do Ideb de Imperatriz-MA na Secretaria Municipal de Educação (SEMED), como também de que forma esses resultados tem refletido na oferta de ensino.

Portanto, no que cerne aos indicadores que avaliam o processo de ensino- aprendizagem dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental escolas Públicas de Imperatriz-MA, considera-se que os resultados obtidos por esses indicadores, sendo o Ideb atualmente o mais relevante de todos eles, tem sido utilizados pela SEMED no planejamento e tomada de decisões buscando de forma primordial a qualidade aprendizagem, que por fim serão expressadas em índices positivos,

conforme pode ser verificado por meio das medias e programas adotados, sendo estes pautados nos resultados desses indicadores, como também das metas do Ideb que foram alcançadas.

7. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 6.425, de 4 de abril de 2008. Dispõe sobre o Censo anual da Educação.** Brasília, DF, 1994. Disponível em:

<
http://download.inep.gov.br/download/censo/2008/Decreto_n_6425.pdf>. Acesso em 1 de junho de 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.448, de 14 de março de 1997.** Transforma o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP em Autarquia Federal, e dá outras providências. Brasília, DF, 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9448.htm>. Acesso em 3 de junho de 2018.

BRASIL. **Portal de Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos –INEP.** Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br>>. Acesso em 03 de maio de 2018.

FONSECA, Gilson Luiz Bretas das. **Qualidade dos Indicadores Educacionais para Avaliação de Escolas e Redes Públicas de Ensino Básico no Brasil.** Disponível em: <<http://www.ufjf.br/ppge/files/2010/07/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Gilson-Luiz-Bretas-da-Fonseca-2010.pdf>>. Acesso em 3 de junho de 2018.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, J. F. D.; TOSCHI, M.S. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização** –Cortez, p. 122-270. PARO, Vitor Henrique. Educação como exercício do Poder. São Paulo, 2012.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico** / Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. – 2. ed. Feevale– Novo Hamburgo, 2013.